

## Universidade multicolorida



Priscila Nunes Pereira começou a trabalhar aos 16 anos e pensava que uma vaga na UFRGS era algo distante da sua realidade. Ela se formará em História em 2016.

TEXTO SAMANTHA KLEIN

FOTOS FLÁVIO DUTRA

A UFRGS ingressa em nova etapa das Políticas Afirmativas a partir do próximo vestibular. A reserva de vagas será de 50%, em respeito à Lei de Cotas aprovada em 2012. A forma de ingresso dos indígenas vai permanecer a mesma, em que 10 vagas são destinadas a esse público em qualquer um dos cursos da Universidade.

A instituição começou a receber os primeiros cotistas no processo seletivo de 2008 e, desde então, vem modificando o perfil dos seus alu-

nos. O ingresso de estudantes provenientes das escolas públicas aumentou substancialmente, assim como a entrada de autodeclarados negros e indígenas o que contribuiu para a ampliação da diversidade racial.

Um levantamento do Programa de Ações Afirmativas revela que o desempenho acadêmico dos cotistas e não cotistas é semelhante, derrubando teses sobre uma possível queda na qualidade do ensino na UFRGS como consequência da entrada

desses alunos. Por outro viés, estudantes com origens e cores distintas também projetam necessidades específicas de mudanças nos currículos.

Nesta reportagem, conversamos com cotistas com diferentes experiências de vida: uma militante dos movimentos urbanos, uma garota que tinha dificuldades de aceitação, um professor e uma mãe. Nessa perspectiva, acreditamos apresentar aos leitores uma pequena amostra do que é uma universidade multiétnica.

# Todos pelo espaço na educação



A futura professora de História Priscila Nunes Pereira critica a invisibilidade da contribuição afrodescendente para a cultura e a formação histórica do RS

## Priscila e a aceitação

Priscila Nunes Pereira chama a atenção não somente pela beleza, mas também pela fala articulada de futura professora. Contudo, a desenvoltura foi conquistada arduamente, assim como o processo de afirmação como mulher negra da periferia em busca de um lugar nos bancos da faculdade. Durante anos, ela recorreu ao alisamento dos cabelos para disfarçar a condição de raça. Quando ainda não tinha uma prancha alisadora, utilizava o ferro de passar roupa. “Acredita que meu sonho era comprar uma chapinha? Foi a primeira coisa que adquiri com meu trabalho”, recorda. Filha de mãe branca e pai negro, ela cresceu no bairro Jardim Leopoldina, zona norte da capital, pensando que uma vaga na UFRGS era algo muito distante de sua realidade.

Com 16 anos, trabalhava o dia inteiro e, por mais de uma vez, ouviu da mãe de um ex-namorado a frase: ‘não gosto de negros’. “Acho que aquelas palavras eram para mim. Como tenho pele relativamente clara e usava cabelos lisos, podia disfarçar minha origem. Não me aceitava. Hoje, utilizo até turbante. Um acessório que tem de ser usado quando você está muito bem consigo mesma porque é cheio de significados para a mulher negra, mas também é alvo de preconceito”, reflete. Hoje, o processo de afirmação de identidade está consolidado, principalmente por conta da atuação dentro e fora da universidade em movimentos negros.

Cursando graduação em História, com previsão de formatura em 2016, Priscila teve no estágio curricular a experiência de atuar em um museu que homenageia o patriarca do Rio Grande do Sul. No Júlio de Castilhos, que retrata a história do estado, verificou haver uma lacuna quanto à trajetória dos negros, fato que incomodou a estudante. “Em uma visita ao local, antes de

começar meu estágio, havia uma bela exposição sobre os açorianos contando a chegada dos imigrantes e a colonização promovida por eles. Em uma sala imediatamente ao lado, a história dos negros estava lá retratada como amostra de dor e escravidão. E só. Nada sobre a participação dos lanceiros negros na Revolução Farroupilha ou a contribuição para a cultura, a dança ou a literatura”.

Por conta disso, quando foi monitora das visitas ao local, conversou com os coordenadores do Museu, contestando a sala onde são exibidos objetos utilizados para tortura. “A disposição desses instrumentos em um local que mostra a cultura de um lugar reflete os padrões da sociedade. Imagina para os adolescentes negros das escolas que visitam o Júlio de Castilhos. A adolescência já é marcada pelos piores momentos em relação à busca de identidade. Ao ver seus antepassados como escravos, como se eles não tivessem colaborado para a formação do povo, como se identificar como negro de forma orgulhosa?”, critica.

A discente discorda não somente da representação dos afrodescendentes, mas também da invisibilidade de suas contribuições para a cultura e formação histórica. A legislação que determina o ensino sobre os povos negros é obedecida em poucas escolas e, na universidade, raros professores têm formação específica. A monografia de Priscila será sobre o tema. “Além do desconhecimento sobre as contribuições dos negros, alguns dão aula com o pensamento focado nos alunos de dez anos atrás. Eles dão exemplos fora da realidade para muitos de nós. Lembro-me de um que citou um castelo da Europa para as próximas férias. Já a minha bagagem não tem qualquer valor no contexto da universidade. Outros, acham que chegamos com Marx na ponta da língua”, analisa.

“Alguns profes  
com o pensar  
alunos de dez

## Ninhprug e a luta

Angélica Domingos ou Ninhprug é uma das estudantes de Serviço Social da UFRGS. Na luta pela diversidade de culturas e cores na academia, a estudante considera que, já que os hábitos dos brancos têm influenciado os territórios indígenas há décadas, chegou o momento da diversificação dos currículos. Ela destaca a importância da reserva de vagas para índios, mas ressalta costumes na universidade que conflitam com a cultura indígena. A relação com o tempo, por exemplo, é muito distinta. Para os índios, a passagem dos dias não tem a mesma contagem e se baseia nos movimentos do Sol e da Lua. “Isso não é falta de compromisso, mas percebemos o tempo de outra maneira. Perdi diversos prazos de entrega de trabalhos por conta disso. Agradeço que os professores tenham sido compreensivos”, destaca.

A escolha do curso de Serviço Social surgiu como uma forma de resistência e auxílio ao seu povo. Segundo Angélica, muitos direitos dos índios são constantemente violados. “A demarcação de território é o maior problema. Tendo a garantia da terra, outros direitos são conquistados posteriormente. Acredito que o assistente social pode contribuir muito em relação aos direitos ou pelo menos em relação à consciência a respeito deles”, considera.

Com 18 anos, Angélica saiu da reserva Votouro, em Benjamin Constant do Sul, município de dois mil habitantes no norte do estado, para viver em Porto Alegre. Morou por um período na Casa do Estudante do Câmpus Centro, porém, ao engravidar, teve de procurar outro espaço. Com o marido, se revezou nos cuidados da menina que hoje tem quatro anos. “O pai trancou o curso de Agronomia para cuidar da Nayane, mas depois tive que colocá-la em uma creche, o que não é um costume para nós. Me senti culpada, mas não tive alternativa”.

Separada do ex-companheiro, uma das irmãs precisou se mudar para a capital a fim de ajudar nos cuidados da menina. Angélica conta com auxílio-permanência pago pelo Ministério da Educação, bolsa sem contrapartida de trabalho. Quando chegou o momento do estágio obrigatório, houve dificuldade em encontrar uma área de interesse. “Demorei a cumprir essa etapa da graduação porque queria trabalhar com indígenas e não havia vagas relacionadas. Até que surgiu espaço no Centro de Referência em Assistência Social da Lomba do Pinheiro, onde são atendidas três aldeias. Lá me achei e confirmei meu desejo de retornar para a minha comunidade depois da formatura”.



A estudante de Serviço Social Angélica Domingos faz seu estágio obrigatório no Centro de Referência em Assistência Social da Lomba do Pinheiro, onde atende três aldeias



A família da aluna de Administração Mariana Pereira Pedroso integra o Assentamento 20 de Novembro, que aguarda aprovação de financiamento da Caixa Econômica Federal para reformar o prédio ocupado desde 2012 no centro da capital.

## Mariana e a moradia

Um dos prédios “abandonados” mais paradigmáticos do Centro Histórico de Porto Alegre pertence um pouquinho a Mariana. A jovem de 27 anos é uma das integrantes do Assentamento 20 de Novembro, formado por famílias ligadas aos movimentos de luta pela moradia na cidade. De abandonado, o número 161 da rua Dr. Barros Cassal, não tem nada. Desde 2012, 42 famílias retiradas de uma área próxima ao estádio Beira-Rio foram alocadas na edificação. Antes disso, o prédio construído para ser um hospital da Associação dos Ferroviários do RS, já abrigava alguns sem teto há mais de três décadas. Agora desapropriado pela União, os novos moradores reunidos em uma cooperativa cadastrada no Ministério das Cidades aguardam a aprovação de projeto arquitetônico e financiamento da Caixa Econômica Federal para reformar o local. Os familiares de Mariana Pereira Pedroso estão entre os que pleiteiam um espaço no prédio.

Hoje, a estudante gasta todo o valor da bolsa-estágio para pagar o aluguel de um JK localizado no bairro Partenon. Foi a alternativa encontrada para ter um espaço que lhe permitisse estudar para as disciplinas do curso de Administração na UFRGS. “Quando tivermos nosso apartamento, a família inteira vai para lá. Provavelmente, vou ter meu cantinho”. Sabendo-se como demoram as concessões de crédito e a realização de obras de projetos de moradia popular, possivelmente ela já estará formada.

Mariana é cotista e sente orgulho da condição. Porém, reclama da “segregação” presente na Escola. “No segundo semestre é visível a diferença de cor entre os alunos.

Todos os cotistas entram juntos e as salas ficam quase homogêneas. É normal uma turma formada somente por negros? Não, né? Pois nos cursos da área de Humanas ou quando você passeia pelo Câmpus é visível a diversidade, mas se você der um zoom no curso de Administração vai perceber que heterogeneidade não existe e os cotistas se relacionam somente entre si. Meus amigos são cotistas. Algo está errado nesse ordenamento (ordem de chamamento)”, sustenta.

Antes de gastar todo o dinheiro do estágio com o aluguel, Mariana enfrentou as adversidades de estudar a mais de 500 km de casa sem grana no bolso. Em 2010, foi aprovada no processo seletivo Sisu para uma vaga no mesmo curso na Unipampa. “Fui de mala e cuia morar em Santana do Livramento. Chegando lá, percebi que não existiam moradias para estudantes, portanto, o caminho foi dividir o aluguel com 13 pessoas”, recorda. “Acabei me tornando a cozinheira da casa que tinha gente vinda de vários estados do Nordeste. Foi engraçado quando fiz pela primeira vez um arroz com linguiça, que é um prato comum aqui. Meus colegas não conheciam, mas gostaram”, se diverte.

Nos primeiros meses, ela viveu com recursos da rescisão do antigo emprego. Conseguiu uma bolsa permanência com a qual se manteve até o final daquele ano, mas terminou desistindo. No retorno a Porto Alegre, retomou os estudos e fez vestibular na UFRGS, sendo aprovada. Mariana reassumiu também a participação nos movimentos de luta pela moradia. “A gente vai conquistar e administrar nosso espaço”, garante a jovem estudante.

Graduado em 2014, o pedagogo Dorvalino Cardoso cursa o mestrado em Educação na UFRGS e planeja socializar o conhecimento na sua comunidade em São Leopoldo

Professores dão aulas  
focado nos  
anos atrás

Priscila Nunes Pereira

Estudante de Licenciatura em História

## Dorvalino e a educação

Professor há mais de vinte anos, Dorvalino Cardoso foi o primeiro indígena a ser graduado pedagogo pela UFRGS. A formatura ocorreu no primeiro semestre do ano passado. O diploma é resultado de mais um passo do profissional que já lecionou em aldeias de diversos municípios do estado. “Era um pedido da nossa comunidade ter uma liderança política com ensino superior”, considera.

Desde a formação em magistério bilíngue nos anos 1990, o líder do Território Indígena Por Fi Ga, em São Leopoldo, trouxe para a UFRGS a preocupação com um ensino mais plural na academia, capaz de valorizar as peculiaridades dos povos. “Sempre há espaço para o conhecimento, mas ele não está na escola. Os saberes estão na natureza. É dela que vem nossa cultura, nossas crenças, alimentos e remédios”, considera.

Por conta da crença na natureza, o professor diz que os conhecimentos produzidos pelas comunidades indígenas podem ser incorporados ao ensino nas universidades. Logo após a formatura, Dorvalino foi aprovado no processo seletivo para o mestrado na Faculdade de Educação. Ele pretende socializar a forma de conhecimento em rede, em que os assuntos não são ensinados por disciplinas separadas, mas de maneira interdisciplinar. “Disse para a professora Maria Aparecida (Bergamaschi, orientadora)

que tenho dificuldade em resumir meu projeto de pesquisa, porque para nós as relações são feitas como teia de aranha. Quando estou escrevendo uma história estou contando ela, mas explicando matemática, geografia, ciências. Tudo está interligado no mundo”.

Dorvalino está acostumado a conversar com estudantes e docentes a respeito do compartilhamento do conhecimento proveniente da cultura indígena. Por conta da legislação que exige o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, ele constantemente é convidado para esclarecer dúvidas. “A lei está em vigência, mas os professores estão bastante perdidos”. Por outro lado, o Território Indígena está aberto a visitantes e alunos.

A aldeia, localizada no bairro Feitoria, é resultado de um reassentamento de famílias que viviam às margens da BR-116 e que, por conta da duplicação da rodovia, foram retiradas da região do município de Estrela. É nesse local que o professor tem família formada por esposa e cinco filhos. A filha de 20 anos deverá ser a próxima a tentar ingressar na UFRGS. “Ela fez as provas uma vez, mas não passou. Vai tentar novamente. Assim, acredito que teremos uma enfermeira do nosso povo formada nos próximos anos”.



# A universidade se transforma



Alexandra Oliveira tem 20 anos e cursa o 4.º semestre de Arquitetura. Ela também ingressou na UFRGS pelo sistema de cotas.

A “cara” da UFRGS mudou nos últimos anos, sendo raros os cursos de graduação sem pelo menos um aluno negro. Somente no Direito, um dos que mais ampliou o número de vagas a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), 159 estudantes autodeclarados afrodescendentes ocuparam toda a reserva entre os anos de 2013 e 2015.

Desde o início do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS, formaram-se 191 negros e quatro indígenas se formaram. Uma médica, uma enfermeira, um pedagogo e um advogado. Além disso, entre os índios, três são mestres – dois pela Educação e um pela História – e outros dois estão cursando o mestrado.

**Desempenho** – Um relatório completo sobre o desempenho acadêmico dos cotistas está em desenvolvimento pela Coordenadoria de Ações Afirmativas da Universidade, devendo ser divulgado até o final deste ano. Com dados preliminares obtidos para o documento formulado no ano passado, foi possível verificar que não existem diferenças significativas entre a performance escolar dos estudantes oriundos da reserva de vagas. Como exemplo, foram tomadas amostras de várias graduações, entre elas o curso de Medicina. Na comparação entre cotistas e não cotistas ingressantes no segundo semestre de 2008, a taxa de créditos integralizados é superior entre os ingressantes não cotistas, respectivamente 92,35% e 91,27%. A diferença, entretanto, não é estatisticamente

significativa. Em outros cursos, a comparação apresentou resultados semelhantes.

Estima-se que os alunos da escola pública, sendo brancos ou negros, apresentem o mesmo desempenho acadêmico já que a origem curricular é a mesma. “Não é a raça que determina, mas a escola. Através da coleta de dados, estamos observando que há relação com o capital escolar dos pais. Se os parentes têm ensino mais elevado, isso influencia os filhos. Aliás, estudos clássicos indicam que a escolaridade significa mobilidade econômica das pessoas e, consequentemente, os investimentos na escolaridade estão vinculados à ascensão dos pais”, considera o vice-coordenador de Ações Afirmativas, Edilson Nabarro.

O aumento da educação formal das famílias negras será o capital geracional que empurrará a mobilidade social para frente, conforme o sociólogo. “Para remover o círculo vicioso da pobreza, ressaltado pelo economista Hélio Santos, em que o indivíduo é pobre porque é negro, tem escolaridade baixa porque tem baixa renda e tem baixa escolaridade porque a renda é baixa, as ações de educação são a base do processo de ascensão social. Nesse círculo, o bisavô, o avô, o pai e o filho são pedreiros e não mais que isso. As cotas deverão ser subsídio para a modificação desse panorama, mas ainda é cedo para avaliar os efeitos no mercado de trabalho e nos concursos públicos”, observa Edilson.

A servidora Vera Rosane Rodrigues de Oliveira, militante dos movimentos negros há mais de três décadas, vê a política de reserva de vagas nas universida-

des como um passo adiante no processo de promoção da equidade racial. Enquanto realizava pesquisas para o mestrado, antes mesmo da criação do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS, entrevistou uma estudante do curso de Enfermagem. A fala da garota marcou Vera. “A aluna solicitou a uma professora que explicasse os efeitos de certa doença na pele negra e a docente respondeu que não sabia porque não existiam estudos a respeito. Então, como a gente não sabe considerando que 60% da população brasileira é negra? Como não se sabe lidar com a diversidade?”, argumenta.

**Caminhos por trilhar** – Embora a comunidade acadêmica esteja se transformando, ainda há muitos caminhos a serem trilhados. As grades curriculares, por exemplo, propõem poucas discussões a respeito da cultura negra e indígena. A pedagoga Michele Barcelos Doebber, com atuação na Coordenadoria de Ações Afirmativas, destaca que não existem mais do que três disciplinas na Educação e na História voltadas para o ensino das questões relacionadas aos índios.

“Percebemos que os índios querem ter a sua vivência valorizada na academia. Essa não é uma reivindicação somente deles. As universidades têm uma visão muito rígida também nas suas práticas educacionais. Se um professor pede um texto de dez páginas para a semana seguinte, será que esse é o tempo suficiente para a construção do nosso pensamento? Às vezes, são reivindicações que atingem não somente as minorias”, ressalta.

## Cotas em números

O ingresso e a saída de alunos na universidade modifica-se constantemente em função de novos chamamentos, trancamento de matrículas e formaturas. Porém, até o encerramento desta reportagem, 8.151 estudantes provenientes da escola pública estavam matriculados. Nessa comunidade, 2.542 são alunos autodeclarados negros.

Entre os indígenas, 76 estudantes ingressaram na UFRGS desde 2008. Desse grupo, 49 permanecem estudando e quatro se formaram. Já entre as 30 mulheres, 20 são mães, representando um desafio ainda maior na trajetória acadêmica. A maternidade é bastante importante para povos comunitários. “As índias são muito ligadas às tribos e seus filhos são a representação máxima disso. Por isso, ficar longe das crianças é impensável. As estudantes mães têm maiores dificuldades de permanecer estudando, mesmo porque deixar os filhos em creches não é uma prática comum”, ressalta a pesquisadora Michele Doebber.

A estudante indígena Angélica Domingos, do curso de Serviço Social da UFRGS, atesta essa dificuldade. “Foi muito complicado conciliar os cuidados com a minha filha e as disciplinas da faculdade, assim como foi dolorido matriculá-la em uma creche. Porém, superei todas essas barreiras.”

**Modelo de inserção** – Michele lembra ainda que os padrões de registro de conhecimento pautados na leitura e escrita na universidade se opõem ao saber baseado na oralidade, característica dos índios. “No caso do trabalho de conclusão do Dervalino na Faced, por exemplo, ele apresentou monografia em texto tradicional, mas também gravou um vídeo sobre os métodos de ensino nas escolas das aldeias. Essas pequenas mudanças podem ser implementadas sem prejuízo ao conhecimento”.

Por outro lado, a pesquisadora questiona o modelo de inserção dos indígenas no ensino superior. Ela acredita que as experiências de universidades exclusivas para esses povos, como é o caso em países como Equador, Bolívia,

México, Nicarágua e Estados Unidos, poderiam dar mais resultados e formar mais pessoas especializadas. “Mas isso, é claro, depende também do que as lideranças indígenas consideram como fundamental. Só o fato de existirem universidades abertas para esses povos tradicionais, com uma seleção específica e acompanhamento para tentar mantê-los na instituição, já é um avanço significativo”, avalia.

No Ministério da Educação foi criado um grupo de trabalho para estudar o tema, mas as discussões ainda não avançaram. A questão ganha importância quando se considera que 900 mil pessoas têm origem indígena no país. Segundo o último censo do IBGE (2010), essa população representa 0,5% dos brasileiros.